



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Luta de classes no campo: a trajetória de Nestor Vera no movimento camponês

Diego Becker da Silva¹

Resumo: O presente trabalho consiste em apresentar a participação e contribuição dos comunistas para a organização do movimento camponês brasileiro. Para isso iremos utilizar a trajetória política do comunista camponês Nestor Vera (1915-1975), oriundo do campesinato que participou ativamente na construção de Ligas Camponesas e sindicatos rurais por todo o interior paulista. Compreendendo a participação de Nestor Vera no movimento camponês poderemos realizar uma contribuição para analisar o desenvolvimento da atuação política dessa classe social brasileira, desde a fundação das primeiras formas de organização com as Ligas camponesas até mesmo as entidades de âmbito nacional como ULTAB (União de Lavradores e Trabalhadores agrícolas do Brasil) e a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Palavras-chave: Campesinato; Comunistas; Organização.

Abstract: This article goal is to present the participation and contribution of the Communists for the organization of the Brazilian Peasant Movement. In order to achieve this goal, we are going to use the political career of the communist peasant Nestor Vera (1915-1975), coming from the peasantry who actively participated in the organization of rural unions and Peasant Leagues throughout São Paulo city's countryside. By understanding the participation of Nestor Vera in the Peasant Movement, we will be able to analyze the development of this Brazilian social group's political action, since the foundation of the earliest forms of organization, such as the Peasant Leagues and even nationwide entities such as ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) and CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Keywords: Peasantry; Communists; Organization.

Segundo a nova narrativa hegemônica do Brasil atualmente o campo e a agricultura são partes de um setor moderno e competitivo na escala mundial que contribui para a ordem e progresso do país. Esta narrativa faz parte de uma longa formação do agronegócio, algo que foi especialmente intensivo a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Neste momento inicia-se no Brasil um movimento de resistência camponesa que permanece vivo até hoje, apresentando narrativas alternativas de um campo não-dominado pelo capitalismo. Um dos participantes mais presentes durante as três décadas iniciais deste movimento foi o camponês Nestor Vera, militante destacado do Partido Comunista do Brasil (PCB) para atuar no meio rural. Dessa forma, pretendemos problematizar a narrativa atual da hegemonia do agronegócio com um estudo da trajetória política de Vera, até agora pouca reconhecida na historiografia

¹ Graduado em história pela Universidade Federal de São Paulo e mestrando no Programa de Pós-Graduação em História na mesma instituição. Contato: beckersilva.diego@gmail.com

brasileira.

Nestor Vera nasceu em Ribeirão Preto (SP), em 19 de maio de 1915, filho de Manoel Vera e Pilar Velásques. Segundo seu sobrinho Omene Vera, Nestor é o terceiro filho de uma família de 10 pessoas.² Logo no início dos anos de 1930, a família foi para a região da Alta Sorocabana trabalhar nas fazendas de café. Teve sua mudança de região sob a influência das migrações internas no Estado de São Paulo com o avanço do capitalismo agrário para o oeste. (WELCH, 2009)

O oeste paulista era uma região fronteira de desenvolvimento agrário, na qual latifundiários grilaram ao longo dos anos de 1930 e 1940 diversas propriedades. Segundo o historiador Clifford Welch (2009), a região foi bastante disputada por camponeses e fazendeiros no período, localidade pouco habitada com terras devolutas em abundância, o que gerou interesses de várias pessoas, principalmente com a política varguista de povoamento do oeste. Mais típica ainda, a família Vera seguiu a expansão das estradas de ferro para o oeste, se estabelecendo nas proximidades de Santo Anastácio.

Por muito tempo, Santo Anastácio tinha sido um importante povoado no Pontal do Paranapanema. Um ribeirão no lugar ganhou o nome do santo em maio de 1769 quando uma tropa portuguesa morrendo de sede encontrou-o e a vila gradualmente fincou raízes ali. Em 1925, ela tornou-se a segunda municipalidade incorporada da região. À medida que a estrada de ferro Sorocabana era construída até o rio Paraná, Santo Anastácio tornou-se base da construção do trilho, levando espanhóis e italianos a mudar-se para a região. (WELCH, 2010, p. 210)

Juntando um certo dinheiro com seu trabalho Manoel Vera comprou um pequeno sítio nos arredores da cidade, o qual retirava o sustento da família contando com o trabalho de sua companheira Pilar Velásques e dos filhos. Nestor trabalhou como lavrador rural na região, se destacou pela criatividade e diversidade de suas atividades. Segundo seu sobrinho, Nestor gostava muito de música, sendo que trabalhou algum tempo como professor desta arte e até na confecção de instrumentos³.

Temos indícios que Vera entrou para o Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1947, segundo uma carta não acabada feita pelo seu irmão José Vera que contava de forma muito breve como foi à vida do irmão⁴. Informação que vem sendo questionada ao ser comparada com outras fontes, seu prontuário demonstra como já em 1946 praticava ações para o Partido⁵, além de que a Liga Camponesa que participou como presidente data desse mesmo ano,

² Entrevista concedida ao autor em São Gabriel d'Oeste (MS), em junho de 2013.

³ Entrevista Omene Vera Martins.

⁴ Documento disponibilizado por seu sobrinho Omene Vera Martins.

⁵ Informação Nº 11/56 - Prontuário 82320 – Nestor Vera, *DEOPS-SP. AESP*.

alguém que não fosse do Partido, com certeza, não iria ter cargo dessa envergadura.

Nestor Vera foi eleito vereador pelo PTN na cidade de Santo Anastácio, em 1947. Como uma forma de burlar a cassação da legalidade do PCB, maneira pela qual mantinha sua atuação sem ser prejudicada pelo anti-comunismo. A medida de colocar os comunistas na ilegalidade foi posta pelo governo do General Eurico Gaspar Dutra para barrar o apoio massivo que o PCB angariou no pós-1945. (POMAR, 2002)

A Liga Camponesa de Santo Anastácio foi um instrumento de organização política do PCB formada em um contexto das primeiras eleições democráticas de amplo alcance. A liga foi fundada em sistema democrático e com mandato de voltado aos interesses de seus sócios, os camponeses pobres na sua grande maioria, sendo reflexo de sua conjuntura. Segundo Welch,

A Liga Camponesa estabeleceu-se em Santo Anastácio em abril de 1946, em resposta ao crescimento expressivo das reclamações de trabalhadores rurais do lugar. Com a liga, o PCB pretendia agrupar todos os pobres e médios ‘trabalhadores da terra’, uma diversidade de relações de trabalho, em uma categoria só. (...) Os participantes ‘elegeram democraticamente’ a comissão diretora da liga, tendo Nestor Veras na presidência e outros 11 representantes e substitutos nomeados na oportunidade. (WELCH, 2009, p. 144)

A luta dos arrendatários, meeiros, sitiante e terceiros buscava melhorias nas condições de vida e trabalho, portanto as reivindicações eram sobre “*a questão do preço do arrendamento das terras, a manutenção da estrada, a criação de escolas e clínicas médicas.*” (WELCH, 2009, p. 146). O prontuário do DEOPS de Nestor Vera aponta uma entrevista, no jornal *Notícias de Hoje*, afirmando que a Liga de Santo Anastácio era uma organização nova, porém “*vinha ao encontro dos desejos de todos os trabalhadores do campo da localidade em que reside; suas justas reivindicações em torno dos problemas mais sentidos do nosso camponês fortaleciam sua estrutura, devendo ser este motivo principal que levou a polícia e demais autoridades a determinar seu fechamento*”⁶.

O fechamento da Liga ocorreu antes de crescer abertamente as hostilidades do mundo bi-polar provocadas pelos Estados Unidos da América no contexto do que viria a ser conhecido como Guerra Fria. No momento de formação desta liga e de outras centenas nos diversos estados do Brasil, o PCB gozou de uma liberdade de atuação sem precedentes em sua história de mais de duas décadas. Em 1946, foram eleitos vários representantes do PCB que participaram na Assembleia Constituinte que preparou a nova Constituição. No entanto,

⁶ Relatório do inquérito policial em Santo Anastácio. 19-04-1949. Prontuário 82320 – Nestor Vera, *DEOPS-SP. AESP*.

também foi eleito General Dutra, que provou ser um chefe de governo centralizador, equivalente a ditadura varguista. Sua preocupação com a popularidade do PCB provocou a cassação de direitos dos trabalhadores e de ignorar qualquer pretensão de ser uma democracia participativa. Como aponta Pedro Estevam Pomar em sua obra “*A democracia intolerante*”.

Após eleger Dutra, as forças liberais sujeitaram o instituto do voto à interdição de candidaturas e à cassação de mandatos, e truncaram as salvaguardas do “estado de direito” pela ação de efetivos policiais e militares. O PCB, expressão organizada ou braço político da classe trabalhadora urbana, viria a ser o alvo por excelência desse regime semiditatorial, em razão da dupla natureza do partido: nacionalista e classista. (POMAR, 2002, p. 171)

A luta em Santo Anastácio antecipou a repressão no contexto do avanço anticomunismo no Brasil. Naquela localidade na fronteira do capitalismo agrário, havia um apoio massivo dos camponeses da região à liga dos comunistas o que logo atraiu à agressão da oligarquia, dessa forma como apontado no jornal *Voz Operária*, dois anos após findar a liga, camponeses de algumas cidades do interior como Lutecia, Assis, Água do Tupi, Palmital, Presidente Bernardes e Rancharia fizeram um abaixo assinado contra a perseguição e o pedido de comparecimento dos líderes da Liga ao juizado de Santo Anastácio.⁷

Como consta no Inquérito Policial dentro do prontuário do DEOPS sobre Nestor Vera, a luta continuou e os trabalhadores tentaram se rearticular em 1949 sob o nome de União dos camponeses da Alta Sorocabana⁸, em uma reunião organizada pelos antigos membros da liga, porém não concretizada pela invasão da força repressora do Estado. O enfrentamento entre comunistas e camponeses de um lado e do outro a força pública e capangas/grileiros levou a morte de um camponês e um policial, por fim as lideranças do movimento foram acusados de assassinato do policial.

Com os direitos do Partido Comunista cassados os comunistas voltaram suas posições políticas mais a esquerda com o Manifesto de Janeiro de 1948 que havia uma postura de enfrentamento contra o governo Dutra. Proclamava a organização armada de luta contra o capitalismo, no campo isso refletiu na formação das lutas de ligas camponesas, tendo como destaque o enfrentamento direto no norte do Paraná, caso de Porecatu (1949-1951) e Trombas e Formoso, em Goiás, (1950 a 1964) outros levantes também ocorreram por todo o país.

A duplicidade contida no Manifesto de Agosto, mas já apontada no janeiro de 48, se expressa na atuação do Partido no campo neste período que encaminha desde

⁷ “*Milhares de camponeses protestam contra o processo.*” **Voz Operária**, 12 de maio de 1951, p. 10.

⁸ Relatório do inquérito policial em Santo Anastácio. 19-04-1949. Prontuário 82320 – Nestor Vera, *DEOPS-SP. AESP*.

reclamações judiciais e tentativas de obtenção de cartas sindicais e criação de associações de caráter civil até greves e manifestações de força (...). A “solução revolucionária” está explícita na condução de dois importantes conflitos rurais que envolvem outras categorias econômicas que não os assalariados, “a luta pelo arrendo” a “guerrilha de Porecatu” no norte do Paraná. (FALEIROS, 1989, p. 50)

Nestor foi um comunista destacado na defesa dos camponeses do interior paulista. Ao ser incriminado na luta de Santo Anastácio, seu mandato como vereador foi cassado, mesmo assim recebeu forte apoio de comunistas e camponeses de várias regiões do Estado de São Paulo. Em uma reação as medidas autoritárias contra a ilegalidade do PCB e a cassação dos mandatos, camponeses e sindicatos organizaram um encontro paulista de apoio, chamado de II Congresso de Câmaras Municipais reunidos em Ribeirão Preto, em 1949, sendo que na carta final do encontro Nestor Vera foi um dos homenageados pelo seu fervor na luta pelo campesinato.

Cumprindo o nosso dever de Vereadores de Prestes, eleitos pelos trabalhadores das cidades e do campo, nosso dever é estar à frente das lutas do nosso povo. Os exemplos de Nestor Vera, de Valentina Loyola, de Ofélia Botelho, de Mário Longo, de Christovam de Haro e outros vereadores de Prestes que têm estado à frente das lutas dos trabalhadores, vivendo intimamente no seio das massas, são a afirmação de que jamais deixaremos cair a bandeira desfraldada por Prestes. (Os vereadores de Prestes apud POMAR, 2009, p. 207)

O PCB traçou como objetivo a sindicalização dos trabalhadores do campo, mesmo que a legislação trabalhista não previsse esse direito para a área rural. (WELCH, 2010). Sobre a questão da sindicalização rural como principal meio de organização camponesa, uma entrevista com Lyndolpho Silva, chefe do setor do campo do PCB no período, é útil:

um testemunho ex-post: “Nossa posição sectária e esquerdista contribuía para os ataques da reação. A nossa linha política naquele período nos levava a ver os sindicatos rurais mais como um instrumento de agitação para a luta armada, dentro da tese errônea da revolução a curto prazo. A preocupação principal, logo que surgia um sindicato, não era conseguir o seu registro nem lutar pela sua consolidação e educação das massas de assalariados, por suas reivindicações mínimas, imediatas ou parciais, de acordo com seu nível de consciência. Ao contrário, era marchar para exigências muito elevadas, para lutas violentas, armadas, inclusive, se fosse o caso, arrancar greve sem que a massa estivesse preparada, etc., o que nos levava a cometer aventuras sem conta que só causavam prejuízo. (COSTA; SANTOS, 1997, p. 89)

A participação de Nestor Vera estava nesse sentido de formar ligas camponesas, em um artigo do *Terra Livre* chama os trabalhadores a luta intensivamente contra os latifundiários em uma luta direta de enfrentamento, principalmente no momento da colheita. Nestor apresenta a necessidade de uma atuação em conjunto para conseguir seus direitos trabalhistas, forçar o patronato latifundiário a ceder os direitos. Essa perspectiva acaba entrando em contradição com a citação acima de Lyndolpho Silva. Em contraste com Vera,

Silva apresenta uma memória que o interesse dos militantes do campo não estavam voltados para questões trabalhistas, algo que a prática de Vera apresenta outra experiência.

Em 1950, o PCB lançou o Manifesto de Agosto de 1950, denominado de *Prestes Aponta aos Brasileiros o caminho da libertação*, reforçando a ideia de enfrentamento direto contra o governo e o capital, conclamando uma frente de libertação nacional para desenvolvimento de uma política nacional-democrática, contra o imperialismo e o latifúndio que mantinham o Brasil no atraso econômico. Para o campo a linha diretiva era “*pela entrega da terra a quem a trabalha*” conclamando o fim do latifúndio findando o caráter semi-colonial e semi-feudal do Brasil.

Nesse sentido o programa do Manifesto de 1950 previa,

confiscação das grandes propriedades latifundiárias com todos os bens móveis e imóveis nelas existentes, sem indenização e imediata entrega gratuita da terra, máquinas, ferramentas, animais, veículos etc., aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos os demais trabalhadores agrícolas que queiram se dedicar à agricultura. Abolição de todas as formas semifeudais de exploração da terra, abolição da ‘meia’, da ‘terça’ etc., abolição do vale e obrigação de pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores. Imediata anulação de todas as dívidas dos camponeses para com o Estado, bancos, fazendeiros, comerciantes e usurários. (CARONE, 1982, p. 104)

Essa guinada para a esquerda é exclusivamente no palavreado do PCB, mas de fato a volta do populismo de Vargas com apoio da população na década de 1950 não garantem total apoio a tática do partido. No campo sim encontramos o contínuo enfrentamento direto com o latifúndio, no entanto, a pauta necessariamente era em sua maioria por questões mais econômicas e trabalhistas, o cerne da luta pela terra e pela reforma agrária ainda estavam começando a se firmar. (COSTA; SANTOS, 1997)

Ainda dentro da perspectiva do Manifesto de Agosto de 1950, o camponês comunista teve uma participação importante na organização dos camponeses na luta da Fazenda Gariroba em Américo de Campo, na região de São José do Rio Preto, a luta dos arrendatários teve a participação de cerca de 400 pessoas. Lutavam contra o aumento da plantação de capim na região e a invasão de grileiros em suas terras, dessa forma, em seu programa de reivindicações exigiam a baixa do arrendamento, não plantio de capim e contra os despejos realizados pelo latifúndio da região contra os camponeses.

Segundo as memórias de Egard de Almeida Martins, em *Clandestino: memórias políticas de Edgard de Almeida Martins*, Nestor Vera recebeu a tarefa do PCB de ir para a fazenda Gariroba com a finalidade de organizar a luta no local, ou seja, foi um militante

destacado especialmente para intervir no conflito.⁹ De princípio a movimentação começou como uma iniciativa local dos atingidos com apoio dos comunistas da cidade, devido à proporção que o conflito começou a ter o Partido decide intervir mais diretamente destacando um militante.

A questão do plantio do capim na região de São José do Rio Preto passou a ser frequente com o desenvolvimento da economia pecuária no Estado de São Paulo, sendo que o capim seria o alimento para o gado deixando de lado outro tipo de plantação nas terras. Mesmo o latifúndio sendo uma forma retrograda dentro do capitalismo brasileiro, ele se adaptou e deu forma compatível para seu desenvolvimento no campo, dessa forma, as contradições entre os interesses de classes antagônicas gerou enfrentamentos como estamos apresentando. O interesse dos arrendatários da região era cultivar em suas terras um tipo de agricultura para subsistência, por outro lado os latifundiários visavam lucros com a pecuária.

Segundo o sociólogo Paulo Cunha,

o processo de expansão capitalista característico do modelo de desenvolvimento iniciado a partir da década de 50 trouxe à luz contradições de um cenário que, no campo, apontava para uma situação de miséria face às condições de trabalhos existentes e também à concentração fundiária que se constituía em um dos pilares inalterado do sistema político brasileiro. (CUNHA, 1997, p. 123)

Vera levantou palavras de ordem contra o governo de Dutra e estadual de Adhemar de Barros, esses governantes são chamados de aliados do imperialismo.¹⁰ Na dinâmica da Guerra Fria, os comunistas há todo momento denunciavam o entreguismo do governo brasileiro para o capital estrangeiro, sendo que a economia brasileira estava toda voltada para negociações com os Estados Unidos.

Cabe ressaltar nessa experiência de Nestor Vera na fazenda Gariroba, atuação do Partido Comunista em duas diferentes dinâmicas, se por um lado entre 1950-1964 teve toda uma preocupação em difundir a sindicalização rural levando a cabo seu projeto de garantir os direitos trabalhistas dos camponeses, por outro lado como afirma Paulo Cunha teve toda uma luta paralela de enfrentamento direto ao capital e ao latifúndio. Lutas como as ocorridas em Porecatu (1949-1951), norte do Paraná, Tupã (SP) em 1949, Fernandópolis (SP) que teve as mulheres uma fundamental importância para assegurar a luta insurrecional local, em 1949, Fazenda Gariroba em Américo de Campos (1950), entre outras ocorridas no âmbito rural

⁹ MARTINS, Edgard de Almeida. **Clandestino: memórias políticas de Edgard de Almeida Martins.**

Organizado por Thaelman de Almeida Martins. Edição não publicada, disponibilizada pelo organização ao autor.

¹⁰ VERA, Nestor. “Experiências da fazenda gariroba”. **Voz Operária**, 15-07-1950, p. 9.

entre 1950-1964. Porém, tanto na historiografia quanto nas memórias dos comunistas são deixadas de lado, não constando como momentos de insurreição para a Revolução brasileira.

Paralelamente à sindicalização rural, clandestinamente estava em curso o projeto estratégico da revolução via luta armada – ou seja, a implementação de áreas liberadas -, proposta insurrecional que nunca deixou de estar no horizonte do Partido. Vários desses esforços insurrecionais são quase que completamente ignorados pelos pesquisadores acadêmicos e são muitos estudos de caso demandando pesquisas; sem falar que o processo de intervenção armada no campo se desenvolvia com táticas bem curiosas. (CUNHA, 2007, p. 81)

O cenário político dos anos de 1950 traz de volta Getúlio Vargas, voltado também para as massas camponesas algo que havia sido deixado de lado nos quinze anos de sua ditadura, um discurso que colocaria a questão camponesa em pauta. Político sagaz Vargas vendo a forte organização que estava ocorrendo no campo, havendo uma resistência e um clamor pela reforma agrária e os direitos trabalhistas começou a ceder direitos aos trabalhadores do campo.

Durante 1952, Vargas falou sobre a necessidade de melhorar a situação dos trabalhadores rurais. Em janeiro, a CNPA – Comissão Nacional de Política Agrária, criada em julho de 1951 pelo Decreto-Lei número 29.803 – começou a estudar e compor soluções legislativas para os problemas da agricultura brasileira. Vargas também ordenou que a Comissão Nacional da Previdência Social propusesse uma legislação que incluísse os trabalhadores rurais no sistema de benefícios do seguro social.

[...] Até o ano chave de 1953, Vargas limitou as ações de reforma agrária à manipulação de impostos e tarifas, tirando os lucros das exportações de café com a taxa de câmbio.” (WELCH, 2010, p. 216)

Clifford Welch define que os camponeses passaram a ver na organização um modo de superação de uma vida sofrida e de exploração para a conquista de direitos, há de ressaltar a grande precariedade da existência cotidiana daqueles que viviam em zonas rurais,

o poder em potencial dos sindicatos, junto com condições de vida e de trabalho decadentes, inspirou alguns camponeses a darem o salto do estágio de resignação quieta e busca migratória infundável por um destino melhor à ação conjunta com seus companheiros de trabalho. O próprio direito de formar um sindicato para levar adiante interesses coletivos, ouvidos no rádio, discutidos por aqueles alfabetizados que podiam ler os jornais e ocasionalmente debatidos por políticos parecia bom para Natal Siveiro[...] (WELCH, 2010, p. 223)

Para avançar sua influência sobre os camponeses os comunistas buscaram organizar a Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, sendo Nestor Vera, como consta em seu prontuário realizou forte atuação no interior paulista convocando os camponeses para o evento. O saldo da conferência não teve o sucesso que o Partido esperava, dos 700 delegados planejados apenas 303 compareceram e nem todos os estados estavam sendo representados, o aspecto positivo foi o apoio e dedicação de trabalhadores e sindicatos urbanos em parceria

para a realização do encontro. Porém, a mobilização não parou, em 1954, no dia 21 de setembro, realizou-se a II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e Camponeses, realizada no parque do Ibirapuera em São Paulo, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil foi fundada, primeira instituição de representação das massas camponesas com amplitude nacional.

A primeira direção da ULTAB era composta principalmente por membros comunistas, Geraldo Tibúrcio como Presidente, tendo José Alves Portela como secretário geral, Lyndolpho Silva foi primeiro secretário, Sebastião Dinart primeiro tesoureiro. O sociólogo Paulo Ribeiro da Cunha, em 1991, fez uma entrevista com o líder da ULTAB Lyndolpho Silva que explicou um pouco de como se deu a formação da direção da entidade,

é critério do Partido, naturalmente, critério natural, quer dizer, de colocar na frente da Ultab, na frente do trabalho da Ultab... pessoas na direção, aqueles companheiros que tiveram um certo destaque, mas não só destaque, vamos dizer assim publicamente, mas desenvolveram algum trabalho com alguma eficiência em algum lugar onde atuavam. Então, pra você ver o seguinte: quem constituiu a executiva da Ultab, propriamente dito, que veio para cá, foi o Tibúrcio, eu e o José Portela... Tibúrcio lá de Góias, que participou da campanha... da luta... que, se não me falha a memória, foi a luta de Formoso... veio o Portela que era arrendatário aqui na Alta Sorocabana, companheiro de toda época de colheita e venda de algodão, tinha luta séria ali na região... alguém da luta de posseiros, nas quais ele participou... e eu, que na verdade estava começando um trabalho na organização dos trabalhadores do campo, na área, sobretudo de posseiros, no estado Rio de Janeiro. Então, esses não é a toa, entendeu? Que foram esses os companheiros que integraram aqui a direção executiva... do trabalho do dia-a-dia. Da Ultab. (CUNHA, 2007, p. 80)

Nestor Vera participou da direção da ULTAB nas gestões dos anos de 1960 até a fundação da CONTAG, em 1963. Sua participação estava em apoiar a constituição de sindicatos rurais pressionando o governo para a realização da reforma agrária e pela concessão dos direitos trabalhistas que a CLT de 1943 já previa para os trabalhadores urbanos. Paulo Cunha escreve que as posições tomadas pela entidade possuíam um programa de atuação baseado nas diretrizes do Partidão, principalmente nas diretrizes que estavam sendo tomadas no IV Congresso do PCB que ocorreu no mesmo ano de fundação da ULTA.

Nesse momento, o PCB realizou seu IV Congresso Nacional no qual se reafirmou posições que já estavam em curso, se por um lado em seus documentos eles conclamavam uma insurreição armada, por outro lado, em sua atuação eram mais reformistas. As diretrizes do PCB tinham por programa explicar que a Revolução e a luta eram contra o imperialismo, para isso haviam de eliminar sua base econômica e social fundamentada no latifúndio. Como é visto nessa passagem: *“O Programa do Partido reflete esta realidade e levanta a necessidade do confisco da terra dos latifundiários e seu entrega gratuita aos camponeses em*

terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, assim como a abolição de todas as formas semifeudais de exploração.” (CARONE, 1982, p. 81)

Em relação ao IV Congresso, Nestor Vera teve grande admiração e apoiou as atitudes do Partido em relação ao campo, *“o projeto do Programa do PCB faz caracterização real e clara da situação de miséria, de empobrecimento e de opressão que se encontram as grandes massas camponesas em nosso país.”*¹¹ Em um artigo publicado no jornal *Voz Operária*, *“No programa do PCB está a salvação dos camponeses”*, Nestor enalteceu o programa de 1954 do PCB como referência importante para a luta do campesinato. Partilha de uma análise sobre a situação do latifúndio no Brasil, levando em consideração o progresso do capitalismo no campo que gerou uma maior concentração de terras em mãos da burguesia rural.

Devemos ressaltar que seu artigo foi publicado 9 meses antes do congresso, o que significa que ser publicado na *Voz Operária* - órgão central do PCB - possui uma perspectiva aceita pelo Comitê Central. Ataca o discurso varguista de reforma agrária afirmando que este por fazer parte da elite que comanda o Brasil tendo apoio dos latifundiários nunca iria atuar pró campesinato principalmente por sua condição de classe burguesa. Em suas palavras, *“o projeto de Programa do PCB é a bússola das forças do progresso. Com este documento trilharão pelo caminho certo e mais rápido. Destruirão as cadeias do atraso e liquidarão o atual regime caduco, fazendo florescer nova vida em nosso país.”*¹² Sua passagem declara como era a intenção do Partido em continuar com uma luta de libertação nacional para o desenvolvimento de uma etapa da revolução democrático-burguesa.

A ULTAB, dentro das diretrizes do IV Congresso do Partido houve um gradual aumento em referência a questão da reforma agrária. Demonstra-se que para Nestor Vera a reforma agrária deveria ser a entrega imediata das terras de latifúndios para os trabalhadores sem-terra ou pequenos camponeses, como é visto em um de seus artigos no jornal *Voz Operária* dialogando com outros comunistas que acreditavam que os camponeses possuíam um movimento atrasado e com isso não poderiam ser aliados no momento revolucionário.

*“Lutamos no campo por uma reforma agrária que liquide com o monopólio da terra, pela confiscação da terra dos latifundiários e sua distribuição aos camponeses sem terra ou com pouca terra e a todas as pessoas que nela queiram trabalhar, e a entrega de títulos legais de suas propriedades.”*¹³ Nestor queria demonstrar a necessidade da aliança entre

¹¹ VERA, Nestor. *“No programa do PCB está a salvação dos camponeses.”* **Voz Operária**. 20-03-1954. p. 9.

¹² VERA, Nestor. *“No programa do PCB está a salvação dos camponeses.”*

¹³ VERA, Nestor. O Programa do PCB e a reforma agrária. **Voz Operária**, 25 de maio de 1957, p. 8.

camponeses e operários para a conquista da reforma agrária e o fim do latifúndio que atravancava, em sua visão, o desenvolvimento econômico brasileiro.

Leonilde de Medeiros faz uma leitura sobre a reforma agrária proposta pelo PC a partir dos direcionamentos feitos no IV Congresso, e nos Congressos camponeses de 1953 e 1954,

a partir dessas duas conferências, a reforma agrária passou a ganhar progressiva centralidade como elemento articulador das diferentes lutas que se travaram no campo, ao mesmo tempo em que se procurava fazer, mais intensamente, a socialização dos significados de que ela era portadora. Ela também começou a aparecer mais organicamente articulada com as linhas políticas gerais do PCB, principalmente a partir do IV Congresso do partido, que ocorreu em 1954. (MEDEIROS, 1995, p. 105)

Como manchete do jornal *Terra Livre* de setembro de 1960, Nestor começou a participar da liderança da ULTAB nas gestões de 1960-1961, e nas posteriores até o golpe de 64. O camponês comunista foi 1º secretário da entidade, sendo um articulador de base estando em diversas localidades do Estado de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Nesse período de sua vida, já contava com prestígio dentro do PCB, como demonstra documentos das reuniões dentro do Comitê Estadual de São Paulo, que atualmente estão organizados no arquivo do CEDEM/UNESP coleção ASMOB.

Com uma perspectiva de aumento dos sindicatos para a formalização de uma política de massas, a palavra de ordem era fazer o Partido adentrar na política ampla das massas camponesas. Um dos principais articuladores da tese de formação de sindicatos rurais foi Alberto Passos Guimarães, que segundo Raimundo Santos, “*publicista que não só oferece fundamento à reorientação do PCB anunciada na Declaração de Março de 1958, como propicia referência à nova tática pecebista de “criar sindicatos para mobilizar as massas camponesas”*”. (SANTOS, 2009, p. 122)

A Declaração de 1958 não avança no sentido de análise da sociedade brasileira, insistindo ainda no caráter semi-feudal das relações sociais no campo e na necessidade de desenvolver o capitalismo nacional, algo que nos anos 1980 Luiz Carlos Prestes em “*Carta aos Comunistas*” demonstra como o Partido estava errado na leitura da semi-feudalidade do país, mesmo sendo um capitalismo dependente já se encontrava muito bem consolidado no Brasil.

Os camponeses constituem a massa mais numerosa da Nação e representam uma força cuja mobilização é indispensável ao desenvolvimento conseqüente das lutas do povo brasileiro. O movimento camponês se encontra, entretanto, bastante atrasado, sendo baixíssimo o seu nível de organização. Para impulsionar o movimento camponês é preciso partir do seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas e viáveis (...). Também no campo, a atuação através de formas legais de luta e de organização é aquela que permite alcançar êxitos para as massas. Assim

é que tem progredido, além das associações rurais e cooperativas, a organização dos assalariados e semi-assalariados em sindicatos, que já obtiveram vitórias em contendas com fazendeiros. (SANTOS, 2007, p. 188-189)

Determinado grupo dentro do PCB, descreviam que no sentido etapista no Brasil, a única saída viável proposta era união com a burguesia nacional para combater o imperialismo estadunidense, por pensarem que a burguesia teria o interesse de desenvolver um capitalismo nacional, algo barrado pelo capital estrangeiro e o sentido semi-colonial e semi-feudal da sociedade brasileira. O que se refletiu diretamente nas teses do PCB, na Declaração de Março de 1958 e no V Congresso, algo que gerou forte crítica de Nestor Vera.

Infelizmente nosso Partido não está tratando a questão camponesa com acerto. Não temos uma posição de princípio justa. A subestimação e desprezo pelo trabalho camponês reflete bem nossa posição de direita. Se não mudarmos de posição, os prejuízos ao movimento revolucionário serão incalculáveis. No trabalho de campo está o ‘calcanhar de Aquiles’ de nosso partido. Esta é uma questão ideológica ainda a ser resolvida por nós. (...) E há mesmo dirigentes de alta responsabilidade que acham que, como o movimento camponês está atrasado em relação ao movimento contra o imperialismo americano, então o fundamental é a aliança com a burguesia e setores de latifundiários, quando a luta antiimperialista só tomará seu devido impulso na hora em que tivermos um forte movimento camponês pela terra contra o latifúndio.¹⁴

Esse posicionamento tomado dentro do Partido não levou em consideração as vitórias na conquista de terras em Porecatu, Trombas e Formoso ou mesmo nas questões organizativas frente aos camponeses nas lutas com as Ligas camponesas até mesmo com a ULTAB, conciliando com outras organizações o PCB teve uma efetiva vitória no campo fazendo com que no cenário político e social brasileiro o campesinato fosse visto como agente social atuante.

O Manifesto de Março de 1958 proporcionou uma crise interna no PCB, sendo que surgiram divergências de diversas correntes, aqueles que afirmavam a perda do internacionalismo proletário e o marxismo-leninismo, como aqueles que questionavam a falta de democracia interna. Dessa disputa interna logo despontaria os rachas, um grupo que contava com João Amazonas Maurício Grabois entre outros formariam, em 1962, o PCdoB (Partido Comunista do Brasil), outros na época da ditadura queriam seguir a luta foquista inspirados na Revolução Cubana de 1959, como foi à ala de Marighella que partiram para a luta armada.

Em “*Os acontecimentos de Santa Fé do Sul*”, publicado em 1959 pela *Revista Brasiliense*, Nestor tem a tarefa de divulgar a repressão do Estado na revolta camponesa

¹⁴ VERA, Nestor. O papel dos camponeses na Revolução. *Novos Rumos*, 3 a 6 de junho de 1960, p. 3.

naquela localidade, mas também fazer uma análise sobre o momento e traçar caminhos para a organização. De início procura explicar o desenvolvimento do capitalismo no campo que causava ainda mais uma centralização das terras em mãos do latifúndio em detrimento aos trabalhadores rurais, segundo Vera, o avanço capitalista provocou a monocultura e a prioridade na pecuária, com isso houve por consequência a expulsão dos camponeses de suas terras.

Devido às divergências ocorridas dentro do PCB, a I Conferência da ULTAB que seria em 1956 só pode ser realizada em 1959, como analisa Maria Izabel Faleiros, o resultado dessa conferência foi de ratificar as posições do Partido no Manifesto de Março, assim a leitura sobre o país centrava

na ótica do desenvolvimento nacional, particularmente do desenvolvimento industrial, que a necessidade da intervenção na questão agrária é colocada. Na medida em que as funções de fornecimento de alimentos e matérias primas bem como a de constituição de um mercado interno não estariam sendo cumpridas se impunha a reconstrução da agricultura em novas bases, democratizando a estrutura fundiária e ‘transformando em proprietários de uma gleba os milhões de camponeses sem terra. (FALEIROS, 1989, p. 225)

A I Conferência teve como encaminhamento fazer uma II conferência, mas passou a ser o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em Belo Horizonte no ano de 1961. Nesse Congresso estavam presentes representadas diversas forças do meio rural como as Ligas Camponesas do nordeste, o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra) do Rio Grande do Sul tendo a liderança de Leonel Brizola, movimentos estudantis e grupos da Igreja Católica. Pela primeira vez um presidente esteve presente em um congresso camponês, então presidente João Goulart.

O Congresso foi marcado pela disputa dos comunistas - hegemônicos na ULTAB e movimento camponês - e as Ligas Camponesas que contavam na mesa com o deputado Francisco Julião. As Ligas tinham como emblema “*reforma agrária na lei ou na marra*”, com uma entrega imediata e avanço das lutas pela reforma agrária radical sem levar em consideração as questões trabalhistas, na outra ponta da disputa estavam os comunistas que afirmavam a necessidade da reforma agrária ampla e radical, mas sem deixar de lado os pequenos ganhos trabalhistas.

No seu último discurso, de encerramento do Congresso o líder comunista camponês Nestor Vera afirmou:

A reforma agrária pela qual lutamos neste Congresso e prosseguiremos lutando nas regiões onde vivemos e trabalhamos, tem por objetivos essenciais a completa erradicação do monopólio da propriedade e do uso da terra, exercido pelos

latifundiários e o acesso mais fácil e imediato possível pelos que verdadeiramente desejam e necessitam trabalhá-la, tornando-a altamente produtiva e rendosa. [...] Por isso mesmo julgamos necessário lutar em desfalecimento pela conquista de todas as medidas parciais, por menores que sejam, no sentido não só de através delas irmos abrindo caminho para a conquista da reforma agrária completa e radical que almejamos, como também, para ir melhorando as terríveis condições de vida e de trabalho a que estão submetidas presentemente as grandes massas trabalhadoras.¹⁵

Após o Congresso de Belo Horizonte, Nestor que fazia parte da Direção Executiva do PCB em São Paulo, trabalhou junto a ULTAB na consolidação de sindicatos rurais por todo o estado paulista, além de participar de eventos em Minas Gerais como consta um relatório que o DEOPS produziu ao manter a vigilância sobre suas atividades.¹⁶ O *Terra Livre* apresenta matérias da fundação de associações rurais e sindicatos que tiveram a presença de Nestor no mínimo na cerimônia de abertura em Garça, Pontal e Palmital. Muitos destas formações tiveram a meta de estabelecer a representatividade de um delegado comunista no congresso.

Na primeira metade dos anos 1960, o Brasil passou por uma crise econômica e política grave, mesmo que Goulart estivesse contando com o apoio de parcela da sociedade ainda havia os oposicionistas e o governo estadunidense tramando um golpe para derrubá-lo. Com suas reformas de base para modernização do país Goulart respondia aos camponeses os seus anseios de fazer a reforma agrária, além da reforma tributária e política, havia todo um pacote de reformas para que o país desenvolvesse uma autonomia econômica e progressista. No 1º de maio de 1962, o presidente Goulart pela primeira vez conclama uma reforma agrária, “*pela primeira vez, Goulart comprometia seu governo publicamente com a implementação de uma reforma agrária radical, inclusive a revisão da Constituição, para eliminar o requerimento de pagamento em dinheiro pela terra desapropriada.*” (WELCH, 2010, p. 332)

O ano de 1963 é marco da disputa pelo avanço das reformas de base, tendo o PCB e a ala nacionalista revolucionária¹⁷ encampando apoio ao governo para que avançasse em suas propostas. Porém, do outro lado da mesa os golpistas já preparavam a destituição de Goulart e um não apoio no Congresso Nacional as suas medidas, além de fatores externos, como o governo de Kennedy investindo forte orçamento via ISEB e IBAD contra Jango. (BANDEIRA, 1983)

Enquanto isso, o governo aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) que lhe

¹⁵ Discurso de Nestor Vera retirado de “*Nestor Vera: “Mobilizar, esclarecer e organizar as massas camponesas”*”. **Terra Livre**, ano XII nº 105 novembro de 1961.

¹⁶ Documento: “*Informações prestadas pelo agente nº 1896, de 20/11/1963*”. Fundo DEOPS, Pasta 099. Arquivo Público Mineiro.

¹⁷ Assim eram chamados os grupos de nacionalistas ligados ao ideário de esquerda, a exemplo Leonel Brizola e o governador do Ceará Miguel Arraes.

concede o direito a sindicalização rural, contra a exploração abusiva, salário mínimo, fixação na terra e descanso semanal, etc.

Em fevereiro, a nova maioria populista na Câmara dos Deputados aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural – ETR e, em 2 de março, João Goulart assinou a lei. Quando a lei entrou em vigor, no dia 18 de junho, o ETR simbolizava o coroamento de mais de duas décadas de debate entre as elites, disputas legislativas, e manifestações dos camponeses, em defesa da formalização dos direitos camponeses. Fruto de muitos ramos, o estatuto de base continuou em vigor até o fim do século, dando forma às vidas dos trabalhadores rurais e fazendo com que o Brasil fosse o país com o maior movimento sindical de trabalhadores rurais do Ocidente.” (WELCH, 2010, p. 360)

O ETR foi um ganho para os trabalhadores rurais, no entanto, ainda não garantia a posse da terra e nem a sua fixação na mesma, além de ser dúbia em alguns aspectos, principalmente com relação ao tipo do trabalhador rural existente. Caio Prado Jr., historiador e comunista, escreveu em artigo na *Revista Brasiliense* que o ETR era de suma importância, “*se efetivamente aplicada com o devido rigor, promoverá por certo uma das maiores transformações econômicas e sociais já presenciadas neste país.*” (PRADO, 1963, p. 143) Porém, o próprio Caio Prado retrata que o ETR é de cunho mais universal, relegando as especificidades locais o que levaria os fazendeiros a burlar a lei em seu proveito contra o direito dos trabalhadores.

As relações de trabalho no campo variam consideravelmente no tempo e no espaço, em contraste com o que se dá na indústria e no comércio. E tal variabilidade precisa naturalmente ser levada em conta pela lei, o que absolutamente não reflete, e em que portanto não se prevêem de maneira adequada as inúmeras situações que se apresentam e podem eventualmente apresentar-se. Sob esse aspecto, o Estatuto promulgado evidencia a imaturidade do assunto e a falta de um estudo e uma discussão atentos dele. (PRADO JR, 1966, p. 180)

Apesar de suas limitações o ETR abriu espaço para a constituição da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), instituição de caráter nacional que seguia a legalidade da luta que o estatuto lhes proporcionava. A CONTAG era constituída por centenas de sindicatos rurais e milhares de camponeses de todo o país, sendo que quase todos os Estados foram representados na sua fundação, ocorrida em janeiro de 1964 na sede do Sindicato dos Bancários da Guanabara.

A manchete do *Terra Livre* de janeiro de 1964 era “*CONTAG: Poderoso instrumento de luta nas mãos dos trabalhadores do campo*”, na foto da principal mesa estava composta pelas forças que lhe deu vida, Lyndolpho Silva e Nestor Vera da ULTAB, Padre Lage representando a ala progressista da Igreja Católica, além da Ação Popular, grupo de esquerda derivado da Igreja Católica. Após acordo entre AP e comunistas, com apoio já advindo da

ULTAB, o PCB consegue ganhar a direção da CONTAG tendo postos estratégicos, Lyndolpho Silva como presidente e Nestor Vera 1º tesoureiro.

“A maioria dos camponeses representados, então, fizeram parte do campesinato que o partido buscou mobilizar para enfrentar o latifúndio. Para Silva, a Contag nasceu gigantesca, representando ‘cerca de oitocentos sindicatos e aproximadamente 1 milhão de associados’.” (WELCH, 2010, p. 389) Com grande porte a CONTAG passa ser um instrumento de apoio ao governo Goulart que passou em 1964 avançar com seu discurso das reformas de base, levando a cabo a proposta de reforma agrária radical, no famigerado Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, Jango radicaliza seu discurso clamando por reforma agrária, legalização do Partido Comunista e o voto dos analfabetos.

Ao seu lado estavam Lyndolpho Silva, presidente da CONTAG, e Luís Tenório de Lima, também líder camponês do PCB, o presidente do Brasil clamava por *“Reforma agrária, como consagrado na Constituição, com o pagamento prévio e a dinheiro, é negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. (...) Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária autêntica.”* (WELCH, 2010, p. 401)

No mesmo mês Nestor Vera, em Governador Valadares (MG), representando a CONTAG esteve inserido em um conflito onde os camponeses reivindicavam terras da Fazenda do Ministério. Em seu discurso aos trabalhadores rurais, Nestor reivindicava a reforma agrária radical, assim como estava exposto no congresso de fundação da entidade.

Eles querem terra imediatamente. Tem que ser já, porque a maioria deles está desempregada e a época do plantio já esta chegando ao fim. Por isso os companheiros de Governador Valadares já não podem esperar nem se conformar com palavras bonitas do governo nem dos políticos influentes. Se o governo demorar na entrega das terras da Fazenda do Ministério, eles terrão mesmo que ocupar, de qualquer maneira. Já numa assembléia que realizamos na sede do Sindicato, com mais de 200 camponeses dirigentes, ficou decidido que entrariam nos últimos entendimentos com a SUPRA, a fim de resolverem a situação, não sendo muito o tempo que podem esperar.¹⁸

O presidente João Goulart contava com o apoio dos trabalhadores para as reformas de base, uma rede conspiratória tomava o país. Militares, empresários, latifundiários, deputados da oposição e o governo dos Estados Unidos concretizavam uma parceria para findar os anos democráticos no Brasil, um duro golpe é dado no presidente Jango, que para camponeses e trabalhadores urbanos foi mais forte por interromper seus avanços políticos na construção da

¹⁸ CONTAG e movimento operário exigem: Entrega imediata de terra aos camponeses. **Terra Livre**. Mar. 1964, Ano XIV – nº 132, p. 2.

democracia brasileira. Os anos de chumbo, de intensificação da opressão e da perseguição surgem no 1º de abril de 1964 pelas mãos de civis e militares na derrubada de João Goulart.

Com a armada estadunidense se posicionando no litoral brasileiro em direção a Santos com todo um aparato militar de contenção de massas, o general Olimpio Mourão do III Exército saiu com suas tropas de Juiz de Fora (MG) em direção ao Rio de Janeiro, não houve reação por parte de João Goulart, nem das Ligas, nem dos trabalhadores organizados na CGT, os estudantes da UNE, os camponeses da CONTAG ou mesmo PCB, sem muita resistência os golpistas tomam o país.

Não se tratava apenas de um movimento estritamente militar, mas sim de uma ampla coalizão civil-militar com apoio de forças estrangeiras, conforme confidenciou ao político Waldir Pires, no exílio, de acordo com o que apuramos no livro de Dênis de Moraes. Nesse momento, ele não tinha alternativas. Segundo sua avaliação, a resistência jogaria o país em uma guerra civil de consequências imprevisíveis. Leonel Brizola, caindo na clandestinidade, ainda teve esperanças de organizar a resistência. (FERREIRA, 2006, p. 121)

Logo na primeira semana do golpe de 64 as liberdades democráticas foram cerceadas, se tem uma lista de pessoas a serem presas, encabeçada por Luiz Carlos Prestes, líder maior dos comunistas brasileiros, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Lydolpho Silva, Carlos Marighella, Nestor Vera, Zuleika Alembert, entre outros comunistas e progressistas. Com isso começou os exílios políticos, a perseguição mais intensa desde o segundo dia do golpe com militares ateando fogo na sede da UNE e espancando estudantes. O comunista camponês do nordeste Gregório Bezerra, preso no dia seguinte ao golpe, foi amarrado pelo pescoso e arrastado pelas ruas de Recife, um senhor de 64 anos torturado no meio de toda a cidade por militares. A ditadura foi fria e cruel desde o começo.

Os comunistas que não foram exilados são postos em clandestinidade, esse é o caso de Nestor Vera, constando na primeira lista do AI-1 que cassava seus direitos civis e convocado a comparecer na Auditoria da Segunda Região militar.¹⁹ Nestor foi perseguido e intimado a comparecer diversas vezes para prestar esclarecimentos no II e III Exército, dessa forma teve de se esconder, segundo seu sobrinho Omene Vera Martins, ficou algum tempo no exterior.

No ano de 1965, é expedido o mandado de prisão de Nestor Vera²⁰ a partir daí intensifica sua perseguição, no entanto, a repressão não consegue de fato saber por onde andava Nestor e sobre sua família, algo que até para nós esta sendo difícil descobrir como foram os primeiros anos dele na clandestinidade dentro da ditadura. Considerado um perigoso

¹⁹ Cópia de Mandado de Intimação. Pasta 065. Fundo DEOPS – Arquivo Público Mineiro

²⁰ Dossiê sobre Nestor Vera, 2ª Auditoria da 2ª Região militar – consta no Projeto Brasil Nunca Mais.

agitador social. Nesse mesmo ano o PCB consegue fazer sua primeira reunião do Comitê Central depois do golpe para tirar as diretrizes de atuação.

Moisés Vinhas, então membro do CC do PCB, explica como foi à leitura programática do Partido perante a ditadura,

Os comunistas passam então a estimular a movimentação e organização das forças oposicionistas em todo o país. Adotam um programa-mínimo de resistência ao processo de fascistização, centrando-o na luta pelas liberdades democráticas, contra o arrocho salarial e contra a desnacionalização da economia brasileira. Reivindicam anistia, restabelecimento do habeas-corpus e realização de eleições limpas e honestas. Consideram que somente acumulando forças, mobilizando massas e construindo uma ampla frente democrática é possível derrotar o regime. (VINHAS, 1982, p. 137-138)

O que não agradou uma parte dos comunistas, principalmente aqueles ligados a Carlos Marighella que inspirados na Revolução Cubana procuraram uma resistência armada. Marighella teve forte influência em parte dos comunistas do PCB, formou-se assim a ala Marighella na qual o Partido passou a barrar seu avanço como força política.

Marighella é afastado da Comissão Executiva do PCB, mas com auxílio de outros comunistas consegue manter-se na Direção Estadual de São Paulo. Interessante a informação de Moisés Vinhas quanto à reunião que leva Marighella para o Comitê Estadual, contando com o apoio de Joaquim Câmara Ferreira, Nestor Vera e Lyndolpho Silva, Antonio Chamorro. Isso, pois, Nestor mantinha um direcionamento de enfrentamento direto contra o Estado, algo que o PCB não tinha por diretriz e que o próprio Nestor Vera não iria aplicar como veremos mais a frente.

O PCB, inspirado na via pacífica da URSS para chegada ao socialismo, preferiu então derrubar os militares com resistência por dentro, tanto que começaria a infiltrar militantes no grupo de oposição consentida o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), formado em 1966, quando instalou-se o bipartidarismo no país. (MOTTA, 2007)

O duro golpe de 1964, como descreve Cliff Welch, decepou a árvore da organização camponesa que já estava dando frutos, *“todos os funcionários da Contag foram julgados subversivos, e 23 das 33 federações estaduais foram julgadas ‘fantasmas’ e apagadas do registro do Ministério do Trabalho.”* (WELCH, 2010, p. 412) Em pouco tempo houve a total desmantelamento do movimento camponês que ressurgiria com total força apenas nos anos de 1980. A vitoriosa experiência em Trombas e Formoso foi destruída sob as invasões dos militares que levou a tortura e morte de antigos militantes da região, como é o caso do líder José Porfírio de Souza (Zé Porfírio) que foi morto e desaparecido, consta que foram torturados: Geraldo Tibúrcio, Néelson Pereira, José Ribeiro entre outros. (CARNEIRO;

CICOCCARI, 2011, p. 236-250)

Em 1967, com o pseudônimo de Jacinto Xavier, Nestor participou como membro da delegação brasileira na V Conferência Mundial dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura, das Florestas e das Plantações, na Alemanha Oriental. O encontro foi organizado e financiado pela URSS. Em seu discurso Nestor explicou o desenvolvimento do movimento camponês no pós-guerra, desde a formação das ligas camponesas até a CONTAG, para ele foi fundamental a participação do PCB nas conquistas nesse campo.

Há 20 anos que estamos lutando para criar as organizações no campo, à base das reivindicações mais sentidas dos homens que trabalhavam na agricultura e pela reforma agrária verdadeira, que entregue a terra a quem nela trabalha. Tem sido este um trabalho difícil, porque no campo, no Brasil, nunca existiu liberdade. Os latifundiários e a polícia sempre perseguiram ferozmente qualquer movimento das massas camponesas, por menor que tenha sido. [...] O resultado dessa importante vitória, a criação de uma central única dos trabalhadores do campo, foi fruto de um justo trabalho de unidade pela base com todos os trabalhadores e camponeses, sem discriminação de espécie alguma.” (Fundo Nestor Vera, ASMOB 03.79, Cedem/Unesp)

Denunciou também o complô contra o governo de Jango e posterior golpe de Estado, o desfacelamento do movimento por parte da repressão militar, além de tratar das torturas, mortes e perseguições. Termina seu discurso chamando os trabalhadores do campo para se opor contra a ditadura pelas liberdades democráticas.

O VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro, ocorreu também em 1967, o qual segundo consta a informação de Moisés Vinhas e no dossiê feito pela repressão, Nestor Vera passou a ser membro do Comitê Central, além dele outros que tinham posições de entender o camponês como principal agente revolucionário para a Revolução brasileira vão para o CC, como Lyndolpho Silva, Elson Costa, Heros Trench. Mesmo assim, a posição das teses do Partido é reafirmada, fazer a oposição legal como forma de resistência, a luta armada escolhida por Marighella na ALN (Aliança Libertadora Nacional) é condenada como esquerdismo.

O MDB se ajustava bem à estratégia estabelecida pelo PCB para enfrentar o regime militar. Na sua avaliação, era necessário construir uma frente democrática para tornar possível a derrota da ditadura, envolvendo todos os setores da oposição. Assim, o MDB foi encarado como o espaço privilegiado para o estabelecimento da almejada frente democrática. O PCB manteve sua estrutura clandestina em funcionamento, mas orientou a maior parte de seus militantes para a atividade legal dentro do MDB, partido a que deveriam filiar-se e ajudar a construir. (MOTTA, 2007, p. 291)

Nos debates Nestor Vera apresenta sua concepção de movimento camponês e sua relação com o movimento operário para uma futura revolução. Na visão de Nestor sua

proposta era a aliança proletário-camponesa, em discussão dentro do Comitê Central do PCB para o referido Congresso do Partido, o camponês comunista mantém-se firme em seu posicionamento de anos atrás. O texto são sugestões realizadas por Nestor para o congresso, sua ação esteve no sentido de aprimorar pontos – que em sua visão eram falhos – em relação ao campo, problemas sobre leituras da composição social das classes sociais no campo e novamente o descrédito a participação política dos camponeses.

Há de se destacar uma passagem que é sobre os arrendatários lutarem pela reforma agrária, segundo consta no anteprojeto do VI Congresso os arrendatários não se levantariam contra o latifúndio por conta de sua dependência ao latifundiário, algo totalmente incoerente na leitura de Nestor Vera *“isto não é correto, porque não são somente os arrendatários que estão submetidos diretamente com os latifundiários, e sim todos os camponeses, desde os assalariados agrícolas até os pequenos e médios.”*²¹ Sobre a reforma agrária, a aliança operário-camponesa e a direção do proletariado, Nestor continua em sua análise que *“a luta pela reforma agrária não depende da ‘dependência direta dos latifundiários’ e sim, do grau do movimento revolucionário e da direção do proletariado urbano e do comando do Partido Comunista. Os camponeses sozinhos jamais farão a reforma agrária.”* O interessante da citação é entender a contradição e o envolvimento de Nestor ao Partido, mesmo considerando a centralidade da questão camponesa mantém a direção no operário. Nestor não rompe com a política do PCB em deixar o mundo rural como força autônoma, como ocorreu com outros militantes na mesma época como Marighella que saiu do Partido para formar a guerrilha ALN (Aliança Libertadora Nacional) a ideia era fazer a luta na cidade para dar base para a revolução a partir do campo. (SALES, 2007, pp. 64-74)

Mesmo com todos os rachas, e fazendo uma leitura revolucionária do processo, Nestor Vera se mantém no Partido e realiza a resistência na frente democrática, sendo destacado para atuar no Estado de Minas Gerais. Passou a estar diretamente ligado a juventude angariando votos para o MDB, segundo José Francisco Néres, Nestor estava muito empenhado para conseguir uma ampla votação no Estado para um candidato a deputado estadual, porém infelizmente não tivemos acesso ao nome do candidato.²²

No processo crime de Néres e outros estudantes no qual Nestor organizava entre 1972 e 1975, demonstra como incentivou eles a *“uma ação mais efetiva, tal como pixamentos,*

²¹ Algumas opiniões ao documento “Estrutura de classe da sociedade brasileira”. Fundo Nestor Vera, acervo ASMOB, CEDEM/UNESP.

²² Processo CENIMAR - 18.097. Pasta 097. Fundo DEOPS – Arquivo Público Mineiro

panfletagem etc.”²³ Nessa passagem encontramos uma perspectiva de alcançar uma maior divulgação da oposição para chegar até as massas, pois pixações e panfletagem podem ter um grande alcance na região que é realizada.

As eleições de 1974 proporcionaram uma significativa vitória para o MDB, pois foram eleitos 16 senadores em oposição aos 6 da ARENA (partido da ditadura), 160 deputados mdbistas contra os 204 do outro partido. (FICO, 2004, p. 216) Esse avanço gerou um total descontentamento da ditadura que já alinhava sua “abertura lenta, gradual e segura” proposta pelo general Geisel, as informações era que o MDB havia em suas fileiras vários militantes do PC, nesse momento há uma mudança da atuação repressora que depois exterminar os grupos de resistência armada passou a ser totalmente focada em destruir de vez os comunistas.

A abertura deveria ser para todos, exceto para os que não afinassem ideologicamente com a ideologia liberal conservadora a embasar o projeto de abertura proposto (imposta) pelo regime. A exceção atingia em cheio os comunistas, sobretudo o PCB, além de inimigos imperdoáveis de outrora, entre os quais se destacava Brizola. (BANDERA, 2003, p. 66)

Bandera descreve que no processo de abertura política o PCB não poderia sobreviver, os principais quadros de oposição ideológica deveriam ser eliminados do cenário político. Dessa maneira, a “caça as bruxas” ao PCB intensificou-se entre 1974 e 1975, a Operação Radar é direcionada a eliminar fisicamente os militantes do Partidão. Praticamente quase todo o Comitê Central que estava em solo nacional foi assassinado de forma brutal, Nestor Vera que era um quadro do Partido e membro do CC estava na lista para desaparecer.

Foi com a operação Radar iniciada em 1975 que parte do Comitê Central foi presa. E o caso do Hiram de Lima Pereira, interrogado em Itapévi, e de Luiz Inácio Maranhão Filho, preso em São Paulo morreu com a injeção para matar cavalo. João Massena Melo é outro. Também está no rio e morreu com a injeção para matar cavalo. Orlando Bonfim Júnior, da cúpula do PCB, está no rio de Avaré. Outro que está no rio é Elson Costa, assassinado em 1975. Ele era encarregado da seção de agitação e propaganda do partido. (VIEIRA, 1995, p. 42)

Enquanto atuava na organização da oposição democrática em Belo Horizonte, Nestor após uma reunião, em 1975, foi preso em frente a uma farmácia, José Francisco Néres foi única testemunha de sua prisão. Segundo atual inquérito sobre seu desaparecimento realizado pelo Ministério Público Federal, Nestor Vera foi preso na cooperação de duas operações militares, a Operação Radar de caráter nacional e Operação Orquestra, realizada no Estado de Minas Gerais. Segundo Nilmário Miranda, em seu depoimento para a Comissão da Verdade

²³ Processo crime pela Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária militar, processo nº 18/76. – Projeto Brasil Nunca mais.

de Minas Gerais, Nestor foi levado para a seção da polícia civil do departamento de Furtos e Roubos, nos cárceres da repressão passou pelas piores torturas físicas, ressaltamos que o camponês comunista contava com 60 anos de idade quando passou pelas barbaridades do Estado brasileiro.

O ex-delegado de polícia o Sr. Cláudio Guerra, em suas memórias publicadas pelo nome de “*Memórias de uma guerra suja*”, de 2012, assume a autoria de mais de 100 assassinatos em nome da ditadura civil-militar brasileira, dentre os quais consta o líder camponês Nestor Vera. No relato de Guerra, descreveu que encontrou Nestor em um estado deplorável de saúde com fraturas expostas e quase inconsciente, seu trabalho era por fim de vez na vida do comunista, de uma maneira sádica e cruel explica que deu um “*tiro de misericórdia*” para “*ajudar*” Nestor que agonizava. (GUERRA, 2012, p. 305) Seu corpo enterrado em um latifúndio de um apoiador do regime de lesa humanidade brasileiro, depositado em pedaço de terra que lutou a vida toda para ser dividido, terra que sonhou ser o local que germinaria a semente da construção de uma nova sociedade.

Nestor Vera é um entre 1.196 camponeses mortos pela ditadura civil-militar²⁴, alguém que dedicou a vida pelo socialismo, dedicou seus sonhos a reforma agrária radical e o reconhecimento político-social do campesinato brasileiro. Atualmente seguem as mesmas lutas iniciadas por Nestor, a semente que plantou está perpetuada na terra. O ideal de transformação social radical permanece nos embates cotidianos de milhares de camponeses brasileiros e latinoamericanos.

Recebido em: 11.09.2015. Aprovado em: 19.12.2015.

Bibliografia

BANDERA, Vinicius. A ditadura caça o PCB: um recorte do período autoritário pós-64. *Cadernos CEDEM/UNESP*, São Paulo, v. 3, 2003.

BANDEIRA, Moniz. *O governo de João Goulart, as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

²⁴ COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Relatório Final das Violações de direitos no campo 1946-1988*. Brasília, dezembro de 2014.

BECKER, Diego. *Na luta de Nestor Vera: os comunistas e a organização dos camponeses*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, 2014.

CARNEIRO, Ana; CICOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo Brasil 1962-1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011.

CARONE, Edgard. *O PCB (1943-1964). Vol.2*. São Paulo: Difel, 1982.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Relatório Final das Violações de direitos no campo 1946-1988*. Brasília, dezembro de 2014.

CUNHA, Paulo R. da. *Aconteceu longe demais*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

_____. Redescobrimo a História: a República de Formoso e Trombas. *Cadernos AEL*, n. 07, Campinas, 1997, p. 83-103.

_____. *O campesinato, a Teoria da organização e a questão agrária: apontamentos para uma reflexão*. São Paulo: Expressão Popular, Marília: Oficina Universitária, 2012.

FALEIROS, Maria Isabel. *Percursos e percalços do P.C.B no campo (1922-1964)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH-USP, 1989.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática. Vol.3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORENDER, Jacob. *O combate nas trevas. A esquerda brasileira nas ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GUERRA, Claudio. Depoimento. MEIDEIROS, Rogério; NETTO, Marcelo. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2012.

MEDEIROS, Leonilde S de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. O MDB e as esquerdas. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia (Esquerdas no Brasil)*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.

POMAR, Pedro Estevam da R. *A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão do*

Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PRADO JR, Caio. O Estatuto do Trabalhador Rural. In. SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Jr. Dissertações sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense: Fundação Astrogildo Pereira, 2007.

_____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRESTES, Anita Leocádia. A que herança os comunistas devem esquecer. *Revista Oitenta*, s/n, nov. 1980.

PRESTES, Luiz Carlos. *Carta aos comunistas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983.

SANTOS, Raimundo. *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Seropédica: Edur, 1996.
_____. *A primeira renovação pecebista. Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

_____. Política e Agrarismo no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 17, n. 1, abr. 2009.

SEGATTO, José Antonio. *Reforma ou Revolução. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, Lyndolpho. CUNHA, Paulo (org.) *O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG*. São Paulo: Instituto Astrogildo Pereira, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária*. Vol I. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004 (1963).

VIEIRA, Jacy Guilherme. O confronto de duas tendências dentro da hierarquia militar e a última reserva de caça da repressão: o Partido Comunista Brasileiro – PCB. *Textos e Debates*. v.1, n. 1, 1995.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: A luta por um partido de massas, 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.

WELCH, Clifford. “Os com-terra e os sem-terra de São Paulo”. In FERNANDES, Bernardo M.; SERVOLO, Leonilde M. de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas, e conquistas*. Vol. 1. São Paulo: Editora Unesp, Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

_____. *A semente foi plantada*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.